

Parte 3 – Formas alternativas de abastecimento
Grupos de consumo responsável no Brasil
aproximando consumidores e produtores em redes agroecológicas e
solidárias

Juliana Gonçalves
Thais Mascarenhas

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MASCARENHAS, T., and GONÇALVES, J. Grupos de consumo responsável no Brasil: aproximando consumidores e produtores em redes agroecológicas e solidárias. In: PEREZ-CASSARINO, J., TRICHES, R.M., BACCARIN, J.G., and TEO, C.R.P.A., eds. *Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais* [online]. Chapecó: Editora UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018, pp. 238-253. ISBN: 978-85-64905-72-6.
<https://doi.org/10.7476/9788564905726.0015>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE 3

FORMAS ALTERNATIVAS DE ABASTECIMIENTO

Grupos de consumo responsável no Brasil: aproximando consumidores e produtores em redes agroecológicas e solidárias

Juliana Gonçalves

Thais Mascarenhas

Introdução

Este capítulo aborda os circuitos curtos agroalimentares sob a ótica dos grupos de consumo responsável (GCRs) no Brasil e se propõe a discutir a interdependência entre os elos da cadeia de abastecimento de alimentos, refletindo sobre as limitações do modelo convencional e possibilidades de ressignificá-lo, por meio de relações mais justas e solidárias, da produção ao consumo. Aponta os GCRs no Brasil como uma alternativa aos circuitos alongados de abastecimento, apresentando seu histórico, principais características e o fortalecimento de suas práticas por meio da articulação de redes no âmbito nacional e na região metropolitana de São Paulo.

No debate sobre os atuais sistemas alimentares e circuitos de comercialização, muitas iniciativas da sociedade civil, como os grupos de consumo responsável, vêm surgindo na perspectiva de aproximar consumidores e produtores. Nos grandes supermercados, o alimento é comercializado de maneira padronizada e os cidadãos pouco sabem sobre sua origem e modo de produção. Em contraponto, muitas pessoas vêm se questionando sobre o caminho do alimento até chegarem às suas mesas. Assim, os GCRs buscam encurtar as cadeias e atingir preços mais justos, em uma relação de confiança com os produtores e apoio mútuo.

Ao refletir sobre as relações predominantes na cadeia de abastecimento de alimentos e a conseqüente crise agroalimentar mundial, percebe-se a necessidade de promover alternativas para transformar esse cenário. No entanto, na mesma medida em que se reconhece o potencial transformador dos GCRs, assim como tantas outras experiências na lógica dos circuitos curtos agroalimentares, é preciso ponderar suas limitações, pois há um conjunto de fatores que restringem a capacidade de fortalecimento e multiplicação dessas experiências. São dificuldades como: concentração de informação e poder na mão de poucos atores da cadeia; falta e descontinuidade de assistência técnica para transição agroecológica na produção e investimento tecnológico; promessa da reforma agrária; carência de massa crítica; mobilização da sociedade civil, entre outras. Nesse sentido, para fortalecer e multiplicar experiências como os grupos de consumo, a discussão sobre a cadeia de abastecimento de alimentos deve passar a ocupar um lugar de maior destaque nas relações comunitárias, no planejamento das políticas públicas, nas universidades, para que o Estado e o conjunto da sociedade tenham maior comprometimento com a segurança alimentar e nutricional estabelecendo relações mais saudáveis nos ambientes rural e urbano. No entanto, é preciso disposição para promover os enfrentamentos necessários.

Da produção ao consumo, um olhar para além das relações comerciais

Para um alimento chegar à mesa do consumidor são muitos os caminhos que precisa percorrer. Esse percurso envolve relações humanas, sua interação com o ambiente e as diferentes atitudes entre os envolvidos influenciarão os efeitos dessa trajetória. Olhando para a cadeia de abastecimento de alimentos, verificamos que a organização do trabalho pode ser mais hierárquica ou horizontal, o princípio de igualdade pode ou não ser considerado para remunerar homens e mulheres e a mão de obra infantil pode ou não estar envolvida. O manejo dos recursos naturais pode respeitar a sazonalidade, a biodiversidade local, a conservação do solo e da água ou adotar outros parâmetros. A comercialização pode concentrar-se na mão de poucas grandes redes de supermercados ou ser organizada pelos produtores, por meio de uma relação mais horizontal e próxima

do consumidor final. E o consumidor, quando decide o que comprar e onde comprar, pode apoiar cadeias mais ou menos solidárias.

É certo que tais lógicas são complexas, influenciadas por vários fatores, podendo assumir diferentes contornos. No entanto, sabe-se que o modelo convencional, baseado nas grandes escalas e na concentração de capital, é movido por um conjunto de práticas cujo resultado quase sempre remunera mal o agricultor familiar e oferece alimentos com alta quantidade de agrotóxicos ao consumidor final ou ainda produtos orgânicos a preços elevados. As multinacionais que controlam cada elo da cadeia agroalimentar predominante, fruto de um modelo liberalizado e desregulamentado, contam com apoio das elites políticas e instituições internacionais, colocando o lucro à frente da segurança alimentar e respeito ao ambiente (VIVAS & MONTAGUT, 2011, p.38).

São muitas as relações envolvidas da produção ao consumo para promover o acesso à alimentação saudável e a valorização dos trabalhadores do campo. Por isso se faz necessário discutir produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo a partir de uma perspectiva mais ampliada de saúde humana, das questões sociais e do campo ambiental. Na produção, a agroecologia apresenta-se como alternativa, pois busca integrar a esfera econômica às esferas ambiental, cultural e social. A agricultura familiar de base agroecológica afirma em suas práticas a função social da terra, a proteção da biodiversidade, valorizando saberes ancestrais. Na comercialização, os canais de venda direta, como as feiras e os grupos de consumo, apresentam-se como espaços alternativos de venda para essa produção agroecológica, na medida em que reduzem intermediários, buscando uma remuneração mais justa aos produtores e preços mais acessíveis aos consumidores. E na outra ponta, consumidores bem informados, críticos e engajados podem apoiar essa produção por meio da compra e de uma relação de parceria junto aos produtores. Em síntese, a compra de alimentos agroecológicos locais, em espaços alternativos de comercialização, contribui para aproximar produtores e consumidores, ressignificando relações entre campo e cidade através das trocas materiais e simbólicas envolvidas. Nessas experiências, “nem tudo o que se produz é consumo, nem tudo o que troca é mercadoria, as pessoas comem comida e símbolos e trocam bens e sentidos de vida” (BRANDÃO, 2007, p. 55).

Discutir e problematizar o tema do consumo, reconhecendo a interdependência entre os elos da cadeia de abastecimento, estimula as pessoas a intervirem

nesse contexto. É a partir dessa intervenção crítica que o consumo responsável pode ser entendido como um ato político. Na reflexão sobre a escolha de compra, considerando a história por trás do produto, nota-se o transbordamento da esfera política para as ações cotidianas, revelando o exercício da cidadania também no ato do consumo. Assim, a mudança no nosso consumo encontra sentido transformador enquanto parte da nossa vontade coletiva e intervenção como cidadãos.

Diante da concentração dos grandes produtores e dos grandes distribuidores, iniciativas como os GCRs, embora pouco numerosos no Brasil, representam estratégias de resistência, reconstruindo relações de mercado, resgatando uma lógica de abastecimento usual no passado mas que foi perdendo força com o tempo. Os GCRs se articulam em âmbito nacional por meio da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável, com apoio do Instituto Kairós (organização da sociedade civil que, desde 2000, trabalha com a educação para o consumo responsável)¹.

Grupos de consumo responsável no Brasil, experiências de autogestão para o consumo coletivo

Os Grupos de Consumo Responsável (GCRs) são iniciativas de pessoas que questionam a lógica predominante de abastecimento alimentar e se organizam coletivamente para exercer o ato da compra de forma criteriosa, representando uma alternativa aos principais canais de comercialização encontrados no mercado. Extrapolam a esfera individual da compra, considerando aspectos como tipo de produção (agricultura familiar de base agroecológica, economia solidária, local, reforma agrária, etc.), condições de trabalho, relação com a natureza, número de intermediários entre produtor e consumidor final, remuneração dos atores envolvidos, distância geográfica, entre outros. Tais características estão presentes

1 O Instituto Kairós fomenta o consumo responsável por meio do apoio e disseminação de estratégias que facilitam o acesso a produtos da agricultura familiar e da economia solidária na perspectiva dos circuitos curtos de comercialização. Trabalha com assistência técnica para transição agroecológica e viabilidade econômica de pequenos produtores; articulação de políticas públicas e redes; e produção de conhecimento. Por meio de suas articulações, no âmbito dos circuitos curtos, contribuiu para promover algumas conquistas como a consolidação da “Feira Agroecológica do Modelódromo do Ibirapuera” e mais recentemente a aprovação da Lei Municipal 16.140/2015, que trata da obrigatoriedade da inclusão progressiva dos alimentos orgânicos na alimentação escolar da rede municipal de ensino em São Paulo. Mais informações em: <www.institutokairos.net>. Acesso em: 20 mar. 2016.

nos grupos membros da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável, como veremos mais adiante.

Existem diversas referências sobre experiências de consumidores organizados coletivamente para aquisição de alimentos e relação direta com produtores, no Brasil e no mundo. As primeiras relatadas na modernidade são os Teikeis², que surgem no Japão nos anos 1970 já atentos aos perigos dos agrotóxicos. Nos diferentes continentes ao redor do mundo, há pessoas no campo e na cidade, que plantam e que se alimentam, formando comunidades voltadas para outro modo de produção e consumo. CSA (Community Supported Agriculture, ou Comunidade que Sustenta a Agricultura, em muitos países), Teikei (no Japão), GAS (Gruppi di Acquisto Solidari, ou Grupos de Compra Solidária, na Itália), AMAP (Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne, ou Associação para a Manutenção de uma Agricultura Camponesa, na França), GCR, entre outras – os nomes podem ser diferentes e as práticas variarem de acordo com suas especificidades culturais, geográficas, socioeconômicas e políticas, mas a essência é a mesma: cidadãos comprometidos a compartilhar riscos e benefícios, em diferentes graus e de diferentes formas, mas alinhados na perspectiva comum de contribuir para um novo paradigma nas relações entre campo e cidade.

Surgiram no Brasil, no final da década de 1970, as primeiras iniciativas de consumidores organizados em rede para a aquisição de produtos orgânicos³. Porém, com a expansão das lojas de produtos naturais e da venda dos orgânicos nos supermercados nos anos 1990, essas iniciativas foram encerradas (CARNEIRO, 2012, p. 40-44). No entanto, sabe-se que ex-membros hoje participam de outros GCRs ativos. Recentemente, foram identificados cerca de 25 grupos de consumo responsável ativos no Brasil⁴.

A maioria dessas experiências nascem articuladas com movimentos sociais, principalmente da agroecologia e da economia solidária, ao mesmo tempo em que viabilizam necessidades de escoamento da produção dos produtores familiares e dos grupos produtivos de base solidária e agroecológica. O encontro entre a economia solidária e a agroecologia está presente nessas práticas por meio

2 Inspiradas por Teruo Ichiraku, filósofo e líder de cooperativas agrícolas.

3 A Cooperativa Ecológica (Coolmeia), em Porto Alegre (RS); e a Cooperativa de Consumidores de Produtos Naturais (Coonatura), no Rio de Janeiro (RJ).

4 Além dos GCRs, há ainda no país outras iniciativas de circuitos curtos de alimentos, semelhantes aos GCRs, que estão organizados na "Rede CSA Brasil".

de sua organização autogestionária e de critérios para a escolha dos produtos, valorizando produtores que aliam cuidados com os seres humanos e a natureza.

De modo geral, o funcionamento dos GCRs pode ser sintetizado da seguinte forma:

Na prática muitos trabalham principalmente com hortaliças provenientes do cultivo de base agroecológica e organizam semanalmente os pedidos dos consumidores para transmiti-los aos produtores; estes, por sua vez, fazem a colheita das hortaliças de acordo com a demanda; os produtos são então transportados ao local indicado na data combinada; após, os produtos entregues são organizados para que os consumidores possam buscá-los. Os ciclos de pedidos podem ser realizados de formas diversas e, para isso, cada grupo combina diferentes acordos entre os consumidores e os produtores. (INSTITUTO KAIRÓS, 2013, p. 108).

É importante, contudo, deixar claro que não existe um sistema perfeito, comum a todos os grupos, pois cada um se adapta a partir dos recursos e ausências inerentes ao seu contexto local. Nota-se, portanto, dinâmicas e formatos de funcionamento diversos. Alguns grupos optam por estabelecer uma relação mais próxima com poucos produtores (que em geral fornecem hortaliças), realizando a compra de itens variados com frequência limitada. Outros, para garantir diversidade de produtos, relacionam-se com um vasto leque de produtores dos mais diversos tipos (alimentos frescos e secos, fitoterápicos, papelaria, produtos de limpeza, etc.), tornando a gestão de pedidos mais complexa. Há também os grupos que possuem apenas um núcleo para retirada de pedidos (redes singulares) e os que contam com mais de um ponto de distribuição (redes capilares)⁵.

A aproximação entre consumidores e produtores por meio das práticas dos GCRs trazem benefícios e pressupõem compromissos para ambos. O Quadro 1 apresenta esses benefícios e compromissos.

⁵ Para saber mais detalhes sobre os tipos de organização em redes singulares e capilares: <<http://institutokairos.net/portfolio-items/organizacao-de-grupos-de-consumo-responsavel/>>.

Quadro 1: Aproximação entre produtores e consumidores

Grupos de Consumo Responsável: Aproximação que traz benefícios e compromissos para as duas pontas			
Consumidores		Produtores	
Benefícios	Compromissos	Benefícios	Compromissos
<ul style="list-style-type: none"> - Relação direta com o produtor possibilita conhecer a origem e o modo de produção, valorizando o produto. - Redução de intermediários possibilita preços melhores ao consumidor final. - Aspectos como sazonalidade e biodiversidade local, permitem ao consumidor experimentar alimentos não convencionais. - Transbordamento da noção de política para a esfera da participação coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar suas compras antecipadamente. - Ter disponibilidade para retirar sua cesta em dia, horário e local específico. - O consumidor não será abastecido com os mesmos alimentos ao longo de todo o ano como ocorre habitualmente nas grandes redes. - Em geral, as atividades de gestão do grupo são assumidas de maneira voluntária por consumidores. - Ter disponibilidade para propor e se envolver nas atividades educativas do grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Com os pedidos antecipados, a venda é garantida e evita-se perda de produtos e tempo de trabalho destinado à comercialização. - Redução de intermediários possibilita melhor remuneração ao produtor. - Relação de confiança que pode dispensar certificação formal. - Maior flexibilidade do consumidor torna-se opção para produtores que têm pouca experiência em comercialização, dificuldade no planejamento da produção, e/ou estão em transição agroecológica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entregar o que foi pedido (mesmo que volume de compras GCR seja pequeno) na data e local combinados. - Cumprir critérios de boas práticas acordados. - Ter disponibilidade para receber visitas à produção. - Pode ser solicitada disponibilidade do produtor para participar ativamente de outras atividades do grupo (reuniões cotidianas, discussões para tomada de decisões no grupo, etc).

Em relação à identidade desses grupos, percebe-se um alinhamento, pois geralmente suas práticas são motivadas pela valorização do campo e de hábitos alimentares saudáveis, o conhecimento da cadeia que envolve desde a produção até o consumo e a possibilidade de interferir nessa cadeia. A maioria das experiências possui vínculo com organizações que atuam na esfera social, como Universidades e ONGs, o que indica um certo perfil desse consumidor para manter e investir nessa outra prática de consumo. A maior parte desses consumidores pertencem à classe média e possuem alto nível educacional, o que pode limitar a ruptura que esse consumo promove. Em linhas gerais, os grupos possuem um objetivo comum que é o de conquistar benefícios coletivos a partir da cooperação na produção, intermediação e consumo, atuando como redes solidárias (INSTITUTO KAIRÓS, 2013, p. 111).

Dentre os diversos GCRs existentes, uma característica importante a ser notada é que cada um se organiza como quiser, a partir de seus acordos ou princípios. Não há um modelo a ser seguido e as iniciativas surgem conforme os acordos feitos entre seus integrantes. O que há em comum são os princípios da economia solidária (inclusive os GCRs são considerados “empreendimentos econômicos solidários” segundo os mapeamentos oficiais realizados de maneira articulada pelo movimento e pelo poder público). São iniciativas coletivas e autogestionárias, ou seja, são organizações horizontais, não há um “dono”.

Em relação à comercialização, podemos dizer que as práticas dos GCRs buscam estar alinhadas com os princípios e critérios do Comércio Justo e Solidário (CJS). Os grupos buscam estabelecer suas práticas de maneira dialogada, baseados no fortalecimento da democracia, relacionando-se com produtores com condições justas de produção, empenhando-se na construção de processos transparentes de formação de preços, respeitando o meio ambiente e a diversidade, tecendo relações transparentes com os demais consumidores e demais integrantes da cadeia comercial e buscando integrá-los, ainda que para isso enfrentem inúmeros desafios (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016, p. 129-135).

Além das atividades operacionais que garantem o abastecimento de produtos, a experiência dos GCRs assume dimensões políticas e educativas, pois são espaços em que a prática e a reflexão caminham juntas. Muitos grupos desenvolvem atividades educativas, culturais e de comunicação junto aos consumidores e produtores, além de eventuais interações junto a um público mais amplo.

Um exemplo de atividade que transcendeu a esfera operacional e individual de alguns grupos foi a Pesquisa Comparativa de Preços⁶, realizada no âmbito da Rede Brasileira de GCRs. Nos debates sobre a agricultura orgânica, há uma percepção geral de que os alimentos orgânicos são muito mais caros e inacessíveis para grande parte da população. Essa pesquisa, lançada recentemente, contribui para desmistificar a ideia de que esse tipo de produto é sempre mais caro. As análises do estudo mostram que o preço varia significativamente em função do canal de venda. Os preços praticados nos GCRs são muito menores que nos supermercados, com produtos equivalentes variando entre 16% até

⁶ Pesquisa coordenada pelo Instituto Terra Mater, no âmbito de projeto executado pelo Instituto Kairós junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE). Contou com a participação voluntária de 5 GCRs em diferentes regiões do país, completando 1 ano de coleta de preços em 5 cidades para 22 tipos de frutas, hortaliças e ovos.

280%. Assim, quem está envolvido com o tema dos orgânicos e dos circuitos curtos alimentares constata que é principalmente nas grandes redes de supermercado que são praticados preços mais altos.

Dessa forma, as experiências dos GCRs no país provocam reflexões fundamentais sobre o envolvimento dos consumidores na discussão das cadeias produtivas, seu contexto e seus efeitos, convidando os consumidores para um exercício de reflexão cotidiana e também de mudança de hábitos, compartilhando riscos e benefícios com os produtores.

Práticas de resistência na Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável

Se a articulação entre consumidores em cada GCR, no contexto local, é fundamental para a construção de soluções coletivas cotidianas para o acesso a gêneros alimentícios produzidos e comercializados de maneira justa e solidária, a articulação entre os diversos grupos traz novas perspectivas para essa atuação de resistência, indo contra a tendência hegemônica do alongamento das cadeias agroalimentares, da concentração dos setores de distribuição e da postura consumista.

Foi por meio do trabalho com educação para o consumo responsável e do contato com a diversidade de experiências de GCRs que surgiu a proposta de fazer um levantamento dos grupos em 2009, pelo Instituto Kairós, para entender suas variadas práticas, motivações, dinâmicas e sonhos compartilhados (INSTITUTO KAIROS, 2010).

Observou-se, então, o vasto potencial da troca de experiências e construções coletivas inter-GCRs. Essa integração foi ocorrendo na medida em que encontros presenciais foram viabilizados⁷, com representantes de todos os grupos mapeados convidados, e também de maneira virtual com o desenvolvimento de um software de gestão para GCRs, por exemplo. Baseando-se no princípio da

7 O I Encontro Nacional dos GCRs (em 2011) foi viabilizado por meio de projeto em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os II e III Encontros Nacionais (2013 e 2015) bem como a Oficina de Comercialização (2014) foram viabilizados por meio de projeto em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego. Mais informações em: <www.institutokairos.net>. Acesso em: 10 fev. 2017.

autogestão para a construção da sua prática, foi constituída, então, a “Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável”.

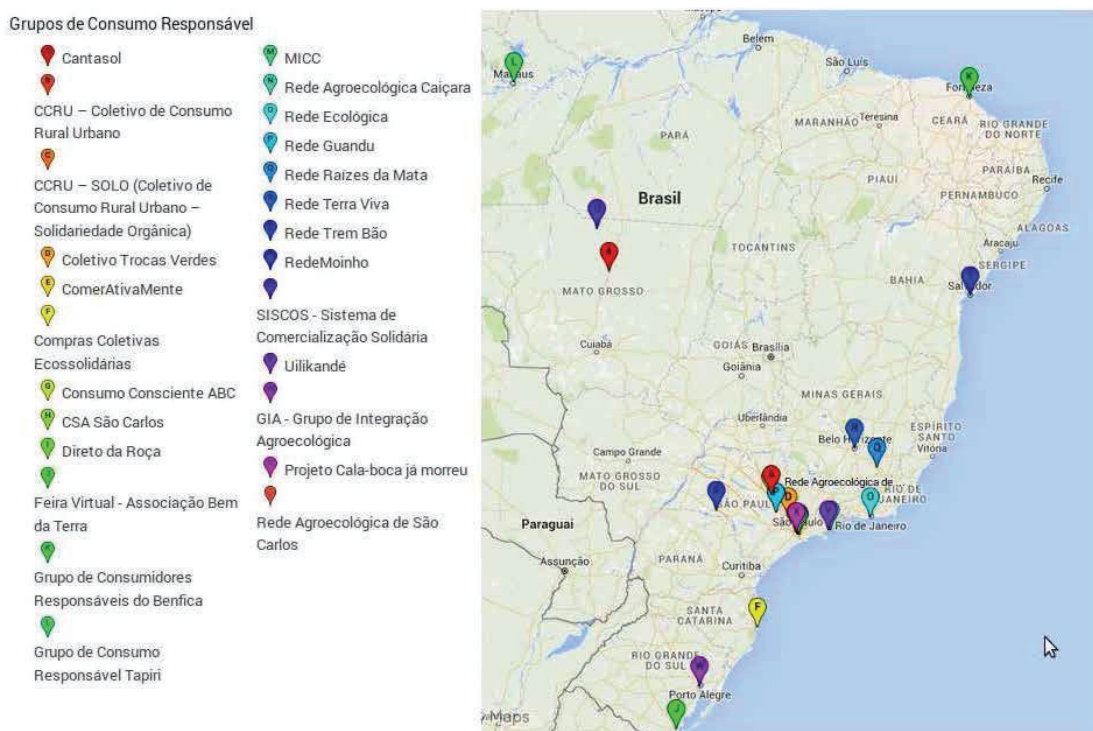
Presentes em diversos estados do país, cerca de 25 GCRs fazem parte da Rede Brasileira. Nesses grupos, mais de 3.000 consumidores compram produtos de mais de 300 fornecedores.



A Figura 1 mostra como estão distribuídos espacialmente. É importante ressaltar, entretanto, que o mapa reflete os GCRs integrantes da Rede Brasileira nesse momento e que chegaram até a Rede voluntariamente, pois não existe um trabalho de mapeamento ativo de novos grupos. Ou seja, certamente existem mais iniciativas como essa no país.

Figura 1: Mapa da Rede Brasileira de GCRs

Rede de Grupos de Consumo Responsável



São cerca de 3.500 consumidores participantes de GCRs. Mas esse número pode variar bastante tendo grupo com cerca de 10 consumidores e grupo com quase 1.000 consumidores. É importante ressaltar ainda que geralmente cada consumidor participante compartilha a cesta recebida com sua família. Considerando uma família de quatro integrantes na média, pode-se estimar que 14.000 pessoas consomem produtos adquiridos em GCRs.

Em relação aos fornecedores, há cerca de 370 fornecendo produtos para GCRs, sendo que há grupos com apenas um produtor e uma estreita ligação estabelecida e grupos com mais de 30 fornecedores. Estes últimos, em geral, mantêm relações de proximidade com os produtores de hortaliças e se preocupam também com a oferta de produtos complementares, como beneficiados, artesanais, papeleria, limpeza, etc⁸. Ainda que a maioria dos GCRs da Rede Brasileira mobilizem consumidores de classes mais favorecidas, a preocupação com a democratização do acesso a esse tipo de produto, possibilitando o consumo por consumidores de baixa renda, está presente em diversos grupos. Destaca-se aqui a atuação do Movimento de Integração Campo-Cidade (MICC), na zona leste da cidade de São Paulo, do Coletivo de Consumo Rural Urbano (CCRU), em Diadema/SP) e da Rede Tapiri, em Manaus/AM. O MICC, por exemplo, envolve mais de 1.000 consumidores de classes populares recebendo cestas quinzenais de hortaliças em transição agroecológica de agricultores familiares do interior de São Paulo em espaços articulados em parceria com a igreja.

A preocupação com a questão se faz presente de outra forma para outros GCRs. Ainda que o fornecimento das cestas da Rede Ecológica, no Rio de Janeiro/RJ, ocorra principalmente para cerca de 200 consumidores de classe média-alta, o grupo decidiu que não quer crescer mais. Porém, com a preocupação de disseminar a experiência e a cultura do consumo responsável, realizaram um curso para fomentar novos grupos de consumo responsável, especialmente nas periferias.

Articulações no território como potência nas relações

Nos encontros nacionais realizados, ocorreram inúmeras e valiosas trocas de experiências, em que cada participante pode levar consigo e compartilhar no

⁸ Dados sobre consumidores e fornecedores obtidos a partir dos questionários respondidos para o III Encontro Nacional dos Grupos de Consumo Responsável, em agosto de 2015.

seu grupo, possibilitando a criação de novas alternativas para enfrentar os desafios do dia a dia. Porém, no retorno ao cotidiano, a dificuldade de realizar ações conjuntas com outros GCRs é grande, ocorrendo mais entre os grupos mais próximos territorialmente. O próprio momento dos encontros nacionais possibilitou que articulações locais ocorressem posteriormente.

Assim, deu-se início, por exemplo, a aproximação entre o MICC e o CCRU, ambos na Região Metropolitana de São Paulo, que passaram a fazer compras regulares cruzando seus fornecedores. Isto é, a banana e o palmito pupunha vindos do Vale do Ribeira eram comprados pelo CCRU, acrescidos do pedido do MICC, e, de outro lado, o fornecedor de hortaliças do MICC passou a também entregar no CCRU.

A necessidade de integrações regionais entre os GCRs próximos surgiu como uma demanda real, já que a junção de um volume maior de pedido possibilita operacionalizar a logística de certos produtos. Na Região Metropolitana de São Paulo, a integração entre os GCRs avançou e outros grupos se aproximaram para concretizar uma compra coletiva de um produto não perecível. Decidiu-se que o primeiro produto a ser comprado seria o arroz, dada sua importância na alimentação cotidiana dos consumidores, e que este viria de uma cooperativa do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), no sul do país. A compra coletiva enfrentou diversos desafios para concretizar-se, desde a organização dos pedidos até a logística final de entrega ao consumidor e pagamentos. Por outro lado, mostrou que essa articulação não só é possível, mas é também catalisadora no processo de integração dos GCRs. Novos encontros presenciais foram articulados e novas possibilidades de contribuições entre esses grupos para um objetivo comum foram amadurecidas. Outras compras, então, têm sido articuladas, como a da farinha de mandioca de um assentamento do MST, parceiro de um GCR.

Além das compras coletivas, os consumidores dos GCRs buscam estabelecer uma nova relação de proximidade e parceria com os produtores, que vai além da relação puramente comercial. Isso é tema exaustivamente discutido nos encontros nacionais. Em um deles, chegou-se à proposta de visita de membros da Rede Brasileira a uma rede de agricultores ligados à agroecologia, a Rede Ecovida, no sul do país. A proposta concretizou-se e a visita estreitou as relações entre as duas redes, com maior desdobramento no campo das articulações para a incidência política.

Outra visita ocorreu fruto da articulação entre os GCRs de São Paulo e uma cooperativa de agricultores do Vale do Ribeira, já parceira há certo tempo. A visita possibilitou que os consumidores e agricultores se conhecessem melhor e os consumidores aprendessem sobre agroflorestas e o cultivo da banana e da pupunha. A proximidade e estreitamento de vínculos facilitam depois os acordos da comercialização bem como traz uma outra dimensão para a compreensão da realidade do campo para os consumidores e da realidade da cidade para os agricultores.

Dessa forma, surgiu a Rede de Grupos de Consumo Responsável Sampa, derivada da Rede Brasileira. A Rede GCRs Sampa tem se reunido periodicamente para avançar nas articulações da logística compartilhada, aproximar-se de produtores parceiros, estreitar relações e trocar experiências, fortalecendo o consumo responsável na região.

A articulação dessa rede local ocorreu junto com a aproximação a parceiros da comercialização que compartilham valores dos GCRs, como a transparência na formação do preço e a importância da integração das cadeias produtivas. Esses parceiros da comercialização também atuam na lógica dos circuitos curtos e estão buscando viabilizar a logística de pequenos produtores, da agricultura familiar, da agroecologia e da economia solidária, e construir novas práticas de comercialização na cidade.

E por que não potencializar essas ações articulando-as coletivamente? Como ampliar essas ações buscando construir juntos um projeto agroalimentar territorial? Junto a esses parceiros, avaliou-se a necessidade de mapear e desenhar o “estado da arte” da logística, oferta e demanda na região. Levantar e organizar essas informações é um primeiro passo para costurar e acordar rotas compartilhadas, fomentar ações conjuntas e construir um projeto coletivo de logística solidária.

Nota-se que na Rede Brasileira de GCRs as trocas simbólicas são mais intensas, uma vez que a distância geográfica dificulta a realização de parcerias comerciais. Nesse cenário, a Rede de GCRs Sampa se apresenta como experiência a ser multiplicada em outros territórios, mostrando que a proximidade entre os grupos permite, além das trocas simbólicas, interações práticas como logística solidária e compras compartilhadas, promovendo maior diversidade de produtos nos grupos, divisão de custos com transporte, entre outros ganhos coletivos.

As interações em um GCR específico (que já é uma rede em si) promovem acesso a produtos de qualidade, remuneração mais justa aos produtores e

transformações culturais a partir das relações sociais no grupo. Porém, quanto maior for a capacidade de articulação desses GCRs em redes regionais, nacionais e até internacionais, maior será sua capacidade de gerar impactos sociopolíticos e econômicos. E o diálogo das redes de GCRs com outras redes, no âmbito dos circuitos curtos pode contribuir para a promoção de uma mudança mais estrutural na produção, distribuição e consumo de alimentos.

Considerações finais

Frente ao contexto das cadeias alimentares submetidas, em todo o seu percurso, há uma concentração de poder na mão de poucos atores e a consequente distância e perda de vínculo entre produtores e consumidores, nos circuitos alongados de abastecimento, é urgente que os enfrentamentos necessários sejam levados a cabo.

Nesse sentido, os GCRs, junto a outros movimentos ligados à agroecologia e aos mercados locais, em todo o mundo, trazem novas propostas para o desenvolvimento de experiências alternativas em que o consumo é entendido como um ato político. São ações coletivas, baseadas na autogestão, que partem do incômodo de indivíduos frente ao sistema produtivista e consumista em que vivemos e se propõem como práticas de resistência. Constituem-se como espaços onde é possível não só partilhar ideias mas também construir algo novo. No entanto, participar de um GCR requer esforço contínuo para garantir sua sobrevivência, além de criatividade e disposição para encarar coletivamente os inúmeros desafios envolvidos em sua gestão operacional e estratégica.

Dispostos a se fortalecerem mutuamente por meio da articulação em rede, GCRs nas diversas regiões do país fazem parte da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável. Mais recentemente, essas articulações se desdobraram em interações também em âmbito territorial, como ocorreu com os GCRs da Região Metropolitana de São Paulo, constituindo-se a “Rede de Grupos de Consumo Responsável Sampa”. As articulações territoriais se potencializam com parceiros que estejam na mesma busca e estejam dispostos à construção coletiva de um projeto político comum. E se traduzem em ações concretas de logística solidária, criando potentes conexões entre o campo e a cidade e costurando parcerias múltiplas entre os diversos atores.

Muitas experiências conectando campo e cidade já estão acontecendo. Não obstante, o atual contexto exige que avancemos na oferta de produtos da agricultura familiar de base agroecológica para as diferentes camadas sociais. O desafio, enquanto movimentos alternativos, é conseguir unidade para lutar conjuntamente também na esfera política.

O Estado deve se comprometer na promoção efetiva de maior equilíbrio entre o ramo empresarial da agricultura e a agricultura familiar, setores que estão em pontos de partida tão desiguais. Porém, a discussão sobre a cadeia de abastecimento de alimentos deve passar a ocupar um lugar de maior destaque não só nas políticas públicas, mas também nas relações comunitárias, nas universidades e outros espaços. Uma mudança de padrão da produção ao consumo necessita de um quadro ampliado de transformações políticas, econômicas e sociais.

Os grupos de consumo responsável se afirmam como práticas de resistência a partir da ação coletiva. Somados às experiências mapeadas ao redor do mundo, os GCRs e demais iniciativas no campo dos circuitos curtos revelam que não são um fenômeno isolado, mas sim uma espécie de contra-tendência, ainda frágil, mas que pode indicar novos caminhos para os sistemas de abastecimento agroalimentares, com mudanças estruturais profundas. Essa transformação precisa ser cultivada, coletivamente, nos campos e nas cidades, por agricultores e consumidores, exercendo ativamente sua cidadania e articulados em redes.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. In: *Ruris*, v. 1, n.1, mar 2007, pp. 37-64.

CARNEIRO, C. B. M. *Compras Coletivas de produtos orgânicos e participação política: um estudo de caso da Rede Ecológica (RJ)*. Rio de Janeiro, 2012, 192 fls. Dissertação (mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

INSTITUTO KAIROS; CAPINA (Org.). *Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar*. São Paulo, Instituto Kairós, 2013. Disponível em: <www.institutokairo.org.br>. Acesso em: 5 ago. 2016.

INSTITUTO KAIROS. *Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo no Brasil: Consumo como intervenção – Um olhar sobre as experiências de consumo coletivo*

no Brasil. Instituto Kairós, 2010. Disponível em: <www.institutokairos.net> Acesso em: 10 ago. 2016.

INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI, R. S. S.; MASCARENHAS, T. S. *Organização de Grupos de Consumo Responsável*. Série: Caminhos para as práticas de consumo responsável. São Paulo, O Instituto, 2011. Disponível em: <www.institutokairos.net> Acesso em: 10 ago. 2016.

LAMINE, C. Settling Shared Uncertainties: Local Partnerships Between Producers and Consumers. *Sociologia Ruralis*. In: *European Society for Rural Sociology*. v.45, n.4, out/2005.

MASCARENHAS, T. S.; GONÇALVES, J.; BENSADON, L. S. A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 7., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

MASCARENHAS, T.; GONÇALVES, J. Grupos de Consumo Responsável: práticas de consumidores baseadas no comércio justo e solidário. In: STELZER, J.; GOMES, R. (Org.). *Comércio justo e solidário no Brasil e na América Latina*. Florianópolis, Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2016.

PISTELLI, R. S. S. *Relações de consumo responsável em educação: um diálogo com a economia popular e solidária através da trajetória do Instituto Kairós*. São Paulo, 2014, 123 fls. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

PREISS, P. V.; MARQUES, F. C. Tendências no movimento de re-localização alimentar brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras. In: *Tessituras*. Pelotas, v. 3, n. 2, jul./dez. 2015, p. 269-300.

RÊGO, D. F. de A. *A Natureza da comercialização na economia solidária: a contribuição dos grupos de consumo responsável*. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RETIÈRE, M. *Produtos sem veneno são sempre mais caro?* Uma pesquisa da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável. 2016. Disponível em: <www.institutokairos.net>. Acesso em: 5 ago. 2016.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIVAS, E.; MONTAGUT, X. (Coord.). *Do campo para a mesa: os circuitos de produção e de distribuição de alimentos*. Portugal: Sururu Produções Culturais / CIDAC/ Mó de Vida, 2011.